

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 4 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE
- 5 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 7 – ERRATA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 13/6/2024

Presidência do Deputado João Vítor Xavier

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

João Vítor Xavier – Amanda Teixeira Dias – Bim da Ambulância – Doutor Jean Freire – Leandro Genaro – Professor Wendel Mesquita – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

Falta de Quórum

O presidente (deputado João Vítor Xavier) – Às 14h13min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para as especiais de logo mais, às 19 horas, e de amanhã, dia 14, às 10 horas, nos termos dos editais de convocação.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/6/2024

Às 16h9min, comparecem à reunião os deputados Leleco Pimentel, Dr. Maurício e Betão (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do Bloco Democracia e Luta), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leleco Pimentel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (um ofício em 12/1/2024); do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (um ofício em

22/2/2024); da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (um ofício em 23/5/2024 e um ofício em 5/4/2024); da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (um ofício em 23/2/2024); da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 16/5/2024); da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (um ofício em 16/5/2024); do Ministério Público de Minas Gerais (um ofício em 14/3/2024); da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (um ofício em 17/1/2024 e um ofício em 23/2/2024); do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (dois ofícios em 1º/2/2024 e um ofício em 24/5/2024); da Companhia Energética de Minas Gerais (três ofícios em 11/4/2024); da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (dois ofícios em 4/4/2024, dois ofícios em 11/4/2024 e um ofício em 1º/5/2024); e do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (dois ofícios em 11/4/2024). A presidência acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 769/2023, em turno único, do qual designou como relator o deputado Leleco Pimentel. A presidência comunica que será solicitada a reiteração dos Requerimentos em Comissão nºs 3.318, 3.319, 3.323 e 3.330/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.924/2024, da deputada Alê Portela, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a Norma Regulamentadora nº 38 – Portaria MTP nº 4.101/2022, que dispõe sobre a segurança e saúde no trabalho nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e sua implementação nos municípios;

nº 8.991/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações acerca do andamento das obras de pavimentação da MG-437, especificando o prazo para conclusão do processo de licitação das obras, bem como os investimentos realizados;

nº 8.992/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado aos prefeitos municipais de Sabará e de Nova Lima pedido de informações acerca do andamento das obras de pavimentação da MG-437, especificando o prazo para conclusão do processo de licitação das obras, bem como os investimentos realizados;

nº 8.993/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o andamento das obras de pavimentação da MG-437, que liga o Município de Nova Lima ao Município de Sabará;

nº 8.996/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para fiscalização dos serviços prestados pela Concessionária AB Nascentes das Gerais nas Rodovias MG-050 e MGC-491, próximo ao Município de São Sebastião do Paraíso, trecho com más condições de pavimentação e iluminação;

nº 9.039/2024, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja realizada audiência pública para debater sobre o anúncio do fechamento da usina Gerdau, em Barão de Cocais, bem como os impactos econômicos e financeiros que isso gerará na região, sobretudo o alto índice de desemprego que essa medida acarretará para a população local;

nº 9.041/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para apurar a prática de capina química promovida pelo próprio DER-MG, ou por terceiros, às margens de rodovia na altura do Município de Alto Rio Doce, em 11/5/2024, com mão de obra composta por trabalhadores que não estariam fazendo uso de equipamentos de proteção individual; e para realizar os devidos reparos do serviço de manutenção, tapa-buracos e capina, que estão sendo realizados de forma precária e colocando em risco as pessoas que circulam nos trechos próximos aos Municípios de Alto Rio Doce e Cipotânea;

nº 9.095/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que sejam reconstituídas as condições de tráfego na LMG-624, no trecho não municipalizado, que vai do portal da cidade de Bonito de Minas até sua entrada, uma vez que a rodovia não oferece condições viárias adequadas e seguras aos seus usuários, em razão dos buracos e da decomposição asfáltica;

nº 9.096/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a não conclusão da obra de pavimentação asfáltica da LMG-479, nos trechos entre as cidades de Januária e Chapada Gaúcha, já iniciada em 8km, de um total de 50km, anunciados publicamente à população, uma vez que a condição atual da rodovia ameaça a segurança de seus usuários e produz entraves à circulação em geral;

nº 9.098/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater as propostas de expansão do sistema de transporte coletivo sobre trilhos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, operado pela Metrô BH, em especial o projeto e as remoções referentes às obras da Linha 2 e seus impactos para o desenvolvimento urbano municipal e metropolitano;

nº 9.099/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF6 –, em Belo Horizonte, pedido de providências para a inclusão, no processo de repactuação do acordo de reparação pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, da construção da alça do anel rodoviário que liga a MG-329, em Alto de Rezende (no trecho Ponte Nova-Rio Casca), à BR-120, no Bairro Cidade Nova (trecho que liga Ponte Nova-Viçosa, com aproximadamente 12,7km de extensão);

nº 9.106/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja prorrogado o calendário da Conferência Estadual das Cidades, considerando que ocorreu em 17 de maio de 2024 a prorrogação do cronograma da 6ª Conferência Nacional das Cidades, incluindo as etapas municipais, estaduais e nacional.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2024.

Carlos Henrique, presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/6/2024

Às 10h10min, comparecem à reunião a deputada Andréia de Jesus e o deputado Betão, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Leninha e o deputado Ricardo Campos. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater as políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais e os 10 anos da aprovação da Lei nº 21.147, de 2014, que institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais do Estado. A seguir, comunica o recebimento do ofício do Sr. Fernando Passalio de Avelar, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, justificando sua ausência na audiência pública a ser realizada nesta reunião. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Mariana Ferreira Bicalho, superintendente de Promoção, Proteção e Participação Social da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, representando a secretária de Estado de Desenvolvimento Social; Felisa Cançado Anaya, coordenadora do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da Associação Brasileira de Antropologia – Aba; Neli Martins de Souza, coordenadora da Comissão Estadual de Povos Tradicionais de Matriz Africana; Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, defensora pública do Estado; e os Srs. Pedro D'Angelo Ribeiro, chefe da Assessoria de Relações Institucionais da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, representando o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Aderval Costa Filho, professor do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG;

Edilson de Rezende Costa, coordenador regional do Conselho Regional de Segurança Alimentar e Nutricional – Triângulo Norte e sacerdote de matrizes africanas; Edmundo Antônio Dias Netto Júnior, procurador da república no Estado; e Jonas Vaz Leandro Leal, servidor do Centro de Apoio Operacional de Apoio Comunitário e Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público de Minas Gerais, representando o gabinete do coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e de Apoio Comunitário – CaoDH. A presidência, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2024.

Cristiano Silveira, presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/6/2024

Às 14h17min, comparecem à reunião a deputada Bella Gonçalves, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater as possibilidades de participação popular na federalização da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – e da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Camila Moraes Miranda, integrante da Coordenação Estadual do Levante Popular da Juventude; Ana Carolina Silva Vasconcelos, integrante da Coordenação Estadual do Plebiscito Popular em Defesa das Estatais de Minas Gerais; Isabella Oliveira Mendes, integrante da Direção Estadual do Movimento Brasil Popular; Valéria Borges Ferreira, coordenadora estadual do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos – MTD; e Thais Ferreira Console, presidente estadual do Psol; e os Srs. Cledinei Carneiro Zavaski, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Jefferson Leandro Teixeira da Silva, secretário-geral do Sindieleiro-MG e articulador do Comitê Fora Zema; Estevão Cruz, membro da executiva estadual do PT; e Eduardo Pereira de Oliveira, diretor-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais – Sindágua-MG; e o Pe. Manoel Godoy, do Vicariato Episcopal para Ação Social, Política e Ambiental – Veaspm. A presidência, na qualidade de autora do requerimento que deu origem aos debates, tece suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2024.

Marquinho Lemos, presidente – Leleco Pimentel – Doutor Jean Freire.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/6/2024

Às 10h15min, comparece à reunião o deputado Betão, membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betão, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a

reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as condições de trabalho dos docentes, dos técnicos administrativos e dos analistas da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A presidência informa que deixa de apreciar a matéria constante na pauta por falta de quorum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Leandra Felicia Martins, assessora-chefe de ensino superior da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, representando o secretário; Vanessa Canton Pereira, analista universitária e presidente da Comissão Permanente de Gestão dos Servidores Técnicos Administrativos da Uemg – CPGTA/Uemg; Lavinia Rosa Rodrigues, reitora da Uemg; Wilma Guedes de Lucena, diretora do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes – Regional Leste; e Sidnéia Aparecida Mainete, diretora do Câmpus de Belo Horizonte, analista universitária e vice-presidente da CPGTA/UEMG; e os Srs. Túlio César Dias Lopes, presidente da Associação dos Docentes da Uemg – Aduemg; Cássio Hideo Diniz Hiro, secretário-geral da Associação dos Docentes da Uemg; e Ildenilson Meireles Barbosa, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Montes Claros – Adunimontes. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença da deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Celinho Sintrocel, por indicação da liderança do BDL). Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2024.

Betão, presidente – Leleco Pimentel – Delegado Christiano Xavier.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 13/6/2024

Às 9h14min, comparece à reunião o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater a recepção feita pelo Estado à imigração estrangeira, em especial aos refugiados de guerra, e conhecer e homenagear o trabalho desenvolvido pelo Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz – Cebrapaz –, que completa 20 anos em 2024. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Jô Moraes, ex-deputada federal e estadual; Valéria Peres Morato Gonçalves, presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinpro Minas; e Antonieta Shirlene Mateus, ex-coordenadora do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz – Cebrapaz Minas; e os Srs. Danny Zahreddine, diretor do Instituto de Ciências Sociais da PUC Minas; Gildásio Westin Cosenza, coordenador do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz; e José Reinaldo Carvalho, presidente nacional do Centro Brasileiro de Solidariedade entre os Povos e Luta pela Paz e editor internacional do *site* e TV Brasil 247. A presidência tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 10 horas do dia 14 de junho de 2024, destinada a homenagear a ArcelorMittal Brasil pelos 80 anos da instalação da sede na capital e pelos 103 anos de história no País.

Palácio da Inconfidência, 13 de junho de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Bella Gonçalves e os deputados Betão, Bruno Engler e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/6/2024, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater violações de direitos humanos de centenas de famílias que serão removidas em função das obras de expansão do metrô em Belo Horizonte.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Clara Marra e os deputados Celinho Sintrocel, Charles Santos e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/6/2024, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a repactuação dos investimentos no Estado decorrentes das renovações antecipadas das concessões ferroviárias.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2024.

Thiago Cota, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.581/2023****Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do deputado Grego da Fundação, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Corporação Musical José Ferreira, com sede no Município de Faria Lemos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Corporação Musical José Ferreira, com sede no Município de Faria Lemos, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo o desenvolvimento de atividades culturais na região.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, a realização de apresentações musicais, o intercâmbio com instituições educativas e culturais e o desenvolvimento de projetos de ensino de música para a população do município.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Corporação Musical José Ferreira para a democratização do acesso aos bens culturais, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.581/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2024.

Professor Cleiton, relator.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

O presidente despachou, em 13/6/2024, a seguinte comunicação:

Comunicação do deputado Enes Cândido e outros em que notificam a constituição da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento Econômico do Leste Mineiro e a indicação do deputado Enes Cândido como seu responsável.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 13/6/2024, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

OF.CRESS6aR.I 11.2024 do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – 6ª Região, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.435/2023, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 1.435/2023.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.367/2024, do Deputado Lucas Lasmar. (– Anexe-se ao Requerimento nº 6.367/2024.)

Ofício da Universidade do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.580/2024, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao Requerimento nº 6.580/2024.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 10/6/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 4/6/2024, que nomeou Osmar Donizete da Silva, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dr. Jorge Ali;

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 4/6/2024, que nomeou Roberta Fernandes Vieira Pereira, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dr. Jorge Ali;

exonerando Fabrício Ferreira de Oliveira, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando Eunice Faustino, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando Gabriella de Moraes Miranda, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Caporezzo;

nomeando Paloma Lopes da Silva, padrão VL-10, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dr. Jorge Ali;

nomeando Romulo de Tassis, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas.

TERMO DE CONTRATO Nº 25/2024**Número no Siad: 9429309**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MC Lacerda Treinamento e Educação Ltda. Objeto: serviços de consultoria. Vigência: seis meses, a contar da data da publicação no PNCP. Licitação: inexigível com fulcro no art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 67/2024**Número no Siad: 9390626-1**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Rocam Móveis Ltda. Objeto do contrato: prestação de serviços de manutenção corretiva de mobiliário, incluindo o fornecimento de peças, acessórios, partes dos móveis e demais materiais e componentes necessários à perfeita execução dos serviços. Objeto do aditamento: ampliação do objeto em 25% do valor originalmente contratado. Vigência: a partir da data de assinatura, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729-4239.0001.3.3.90 (10.1).

**ERRATA****ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/6/2024**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 13/6/2024, na pág. 12, onde se lê:

“Nº 9.127/2024, deputado Sargento Rodrigues”, leia-se:

“Nº 9.130/2024, deputado Sargento Rodrigues”.